BOLETIM

PROEALC

Centro de Ciências Sociais / CCS - Maio-Junho de 2005 - ISSN 2175-9103 30

Boletim Número 30
Data: Maio-Junho/2005

EDITORIAL

O trigésimo número do Boletim PROEALC chega aos nossos leitores em meio a uma crise político institucional que assola o Brasil. Entretanto, apenas no próximo número estaremos abordando a mesma, que tem deixado a sociedade brasileira totalmente perplexa. Nesta edição, procuramos discutir alguns temas que evidenciaram-se em nosso continente. A questão do desemprego permanece sendo alvo de debate diante da realidade que temos atravessado e da carência de interpretações nesse campo. Assim a pesquisadora Renata Brasil discute as armadilhas da idealização neoliberal que, ao justificar o desemprego através de um determinismo tecnológico, tem acarretado conseqüências sérias no interior do movimento dos trabalhadores, sugerindo que existem tendências inevitáveis de fim do operariado, do trabalho organizado, dos sindicatos e demais organizações de trabalhadores, enfim, da luta de classes. A centralidade do trabalho nesse contexto aparece camuflada, o que provoca um esvaziamento ideológico dos trabalhadores com conseqüências graves no plano das possibilidades de organizações capazes de resistir a avalanche neoliberal.

Também nessa edição as pesquisadoras Grace Kohlmann Bitencourt e Jete Simone Ferreira Costa falam sobre os 40 anos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano, movimento cujos rumos precisam ser mais avaliados, sobretudo quando reconhecemos os desafios que a América Latina se depara nesse início de século XXI, em pleno contexto neoliberal, que aprofundou a condição de pobreza e dependência da região.

Por fim, outros pesquisadores – Débora Rocha e Diego Felipe analisam a crise que assola o país onde morreu Che Guevara. Lembrando que a Bolívia vive novamente um momento de intensa agitação. Uma imensa mobilização popular ganhou as ruas recentemente e mostrou sua insatisfação com a atual situação social no país, tendo como causa de luta principal a nacionalização das riquezas minerais que hoje é o símbolo da má distribuição de riqueza e da dependência econômica do país. Mesmo depois do desfecho atual da crise, que resultou na renúncia de Carlos Mesa, o movimento popular continua a ganhar força, ratificando a tendência de descrença nos partidos políticos convencionais e aumentando a crise do sistema democrático institucional na região. O artigo evidencia uma América latina viva, em movimento. Na agenda acadêmica mencionamos os eventos previstos para o próximo semestre.

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire

Em Foco I

A Reestruturação Produtiva e o Desemprego

Renata Mena Brasil do Couto*

Uma das interpretações mais recorrentes do processo de transformação interna do capital tem encarado o desemprego como um fenômeno natural, conseqüência de um ajuste estrutural do capital, produzido pela introdução de novas tecnologias poupadoras da força de trabalho.
Porém, entendemos que essa percepção de que a sociedade está sujeita a chamada mão invisível do mercado, corresponde a uma idealização neoliberal da esfera econômica.

Essa idéia de existência de um determinismo tecnológico tem acarretado conseqüências sérias no interior do movimento dos trabalhadores, sugerindo que existem tendências inevitáveis de fim do operariado, do trabalho organizado, dos sindicatos e demais organizações de trabalhadores, enfim, da luta de classes.

Achamos importante observar que o processo de renovação do capital está centrado na recuperação do lucro capitalista, com o objetivo de retomar seu crescimento. Para tal se faz necessário superar alguns obstáculos, principalmente àqueles que dizem respeito a uma fase anterior do capital que precisava ser superada: o fordismo, com seu trabalho organizado a ponto de exercer pressão sobre o capital.

Inicia-se um processo de reestruturação produtiva que teve origem no Japão, mas só se disseminou pelo mundo depois que a Inglaterra o adotou, já numa economia globalizada.

Havia por traz disso uma estratégia política séria de aumento do desemprego para reduzir a força da classe trabalhadora, ou seja, se forjaria uma crise no capitalismo para repor o exercito industrial de reserva.

A partir daí se pode entender que a crise do fordismo foi uma crise de rentabilidade do capital e da presença de condições desfavoráveis a uma maior exploração da força de trabalho.

Então, podemos compreender que os supostos condicionantes tecnológicos inevitáveis são produzidos pelo sistema como tentativa de retomar o controle do capital sobre o trabalho.

Essa reestruturação encontrou nos sindicatos o principal obstáculo aos seus objetivos e por isso, a fragilização dos mesmos se tornou requisito fundamental para o bom andamento do processo de recuperação da lucratividade do capital.

O novo modelo de gestão capitalista, conhecido como toyotismo, gerou uma flexibilização generalizada no mundo do trabalho que atingiu a organização do trabalho, nas fábricas e nos serviços. Tal processo tem intensificado a demanda dos setores empresariais de alteração no campo da legislação, principalmente no que tange à Consolidação das leis Trabalhistas, firmadas ainda no governo Vargas.

Este aspecto se torna mais dramático em países caracterizados por uma intensa desigualdade social, onde o setor informal já ocupa um grande setor da economia.

O trabalho dos camelôs é exemplo de alternativa de geração de renda, principalmente nas grandes cidades, cujo processo de desenvolvimento econômico atrai mão-de-obra em demasia, provocando uma concentração urbana que promove problemas relativos às condições de vida e moradia, como também de trabalho, através do aumento das fileiras do *exército industrial de reserva*.

Este setor é atingido pela difusão ideológica dos meios de comunicação de massa que caracteriza-o como "classe perigosa", em um fenômeno conhecido como criminalização da pobreza. Este processo ganha o debate político ao se constatar que os movimentos sociais também passam a ser associados a ações ilegais e que supostamente provocam desordem. Estes argumentos são semelhantes aos utilizados para a repressão a atividade de comércio dos camelôs, gerando, ao que parece, uma criminalização do trabalho.

Infelizmente, como já mencionamos, o caráter combativo dos sindicatos sofreu também os impactos das novas formas de gestão das relações de trabalho e suas práticas consensualistas e neocorporativistas não mais abarcam reivindicações amplas como esta, colaborando com o desmonte dos direitos trabalhistas.

As mudanças na lei do trabalho de acordo com os pressupostos neoliberais foram implementadas principalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso e, apesar de esse ser o discurso que justificava tais modificações, não aumentaram o nível de emprego no Brasil.

Desde de janeiro de 1995 houve alterações para flexibilizar a lei trabalhista. As empresas puderam contratar trabalhadores por tempo determinado, transformaram o pagamento de horas-extras em folgas e os empregados passaram a negociar participações nos lucros das companhias.

O contingente de desempregados, no entanto, só aumentou de lá para cá. Quando assumiu, FHC encontrou 4,6% da mão-de-obra nacional desempregada. Hoje, já são 6,8%, aproximadamente 5,4 milhões de pessoas, pelos critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos revelam que este número é quase três vezes maior.

Alguns analistas, como é o caso do professor José Pastore da Universidade de São Paulo, avaliam que a rigidez da legislação trabalhista é um entrave à contratação de empregados com carteira assinada. Ele alega que grande parte das leis trabalhistas não fazem parte das possibilidades das relações trabalhistas dos microempresários brasileiros.

Mas, apesar disso, ainda acreditamos nas análises que destacam como fator essencial para o aumento dos níveis de emprego, o desempenho da economia. O que tem justificado os altos níveis de desemprego é o fato de que, na década de 90, o Brasil cresceu em média 1,8% por ano, três vezes menos do que a média registrada no período entre 1945 e 1980.

Mesmo no período em que o modelo econômico atual teve mais sucesso, de 1993 a 1997, quando a economia cresceu em média 4% ao ano e alcançou certa estabilização monetária, não houve alteração substancial na taxa de desemprego. Foi um período em que houve recuperação das atividades sem expansão significativa do emprego.

Com baixo crescimento, o emprego com carteira assinada se tornou privilégio de poucos. Nos anos 90, de cada dez postos de trabalho gerados, apenas dois foram assalariados contratados legalmente pelas empresas. A informalidade disparou de 51% da força de trabalho em 89 para 60% em 2000, principalmente em setores como agropecuário e construção civil.

Essas alterações no mundo do trabalho atingiram tanto a iniciativa privada quanto os serviços públicos durante toda a década de 1990. Isso ocorreu, como já foi dito anteriormente, por conta de uma ofensiva mundial que aplicou o receituário do Fundo Monetário Internacional e do Consenso de Washington.

No Brasil, a construção de um governo com força e base social para implementar essas políticas teve um papel fundamental no processo. Foi no governo FHC que o processo teve seu início, mas hoje o ideário neoliberal continua sendo implementado com o governo de Luís Inácio Lula da Silva que continua buscando a aprovação das mudanças na CLT, através das Reformas Trabalhista e Sindical.

*Bolsista Pesquisadora PROEALC/Graduanda da FSS/UERJ

Em Foco II

Serviço Social: 40 anos de reconceituação

Dos anos 60 até meados do século 21

*Grace Kahlmann Bitencourt**
*Jete Simone Ferreira Costa***

Nós como estudantes de Serviço Social, percebemos que nossa futura profissão se assemelha a uma obra de arte inacabada. Marx dizia que não é o homem que modifica a história e sim a história modifica o homem. O ser humano que possui sua complexidade e essência entrelaçados ao seu igualmente complexo e inconstante contexto histórico, os assistentes sociais como o corpo de uma profissão que está completamente intrínseca a este universo humano e social, onde sua estrutura está cimentada nesta relação ser humano e realidade social, sendo assim como o ser humano em si, não passamos de peças inacabadas que a cada momento históricos se modifica, se aprimora, evolui e a cada passo se torna mais próximo de se tornar uma obra

completa em sua plena magnitude. Por isso, o serviço social se encontra em constante mudança, tentando encontrar os passos que fariam uma obra completa. E um desses primeiros passos foi a reconceituação do serviço social, um dos marcos da profissão, que neste ano de 2005, está completando 40 anos.

Há quatro décadas atrás iniciou-se não só no Brasil como em outros países do Cone Sul (Argentina, Paraguai e Uruguai) o movimento de reconceituação, o qual buscou uma reformulação do serviço social como profissão, causando um grande impacto não só em sua metodologia, como na forma empírica na qual estava sendo exercida esta profissão. Nos anos 60 do século passado, com as intensas mudanças sociopolítica, econômicas e culturais diferenciadas nos países latino-americanos. Houve a emergência do processo de Reconceituação fundando-se no reconhecimento da falência desse Serviço Social tradicional.

Evidentemente, tal reconhecimento não respondeu apenas a generalizada insatisfação dos assistentes sociais mais jovens, realmente desesperados ante uma profissão progressivamente desacreditada e que conduzia com freqüência às práticas puramente caritativas.(José Paulo Neto, p.02). Porém, não ocorreu de forma homogenia esta Reconceituação na América Latina, até porque o contexto histórico que englobava os países latino-americanos eram de certa forma distintos entre si, principalmente no Brasil onde ocorria a ditadura militar incentivada pelos Estados Unidos, causando no Brasil uma deterioração deste processo de tentativa de ruptura com o tradicionalismo que não atendia as reais necessidades oriundas das demandas que emergiam desses países latino-americanos. Devido ao processo sócio-político e econômico o qual se encontrava o Brasil, o Serviço Social acabou sendo exaurido da polêmica político-profissional que contextualizava o restante dos países da América Latina, já que estes estavam mais cientes desse processo de tentativa de Reconceituação. Porém, deve ser ressaltado que a primeira aproximação com os textos de Marx pelos profissionais de Serviço Social aconteceu de forma equivocada utilizando em seu contexto mais a militância, ou seja houve uma aproximação de Marx sem o próprio Marx, o resultado foi um universo teórico presidido por fortes traços ecléticos, dando lugar a uma "invasão, as ocultas, do positivismo no discurso do marxista do Serviço Social. (Iamamoto apud Qiroga,L.2003:p211).

Neste contexto, a partir dos anos 80 há um desgaste na ditadura militar consolidada no Brasil devido a uma grande crise econômica que se instaura naquele momento, dando brechas para uma eventual retomada do processo de Reconceituação no país, porém ocorrendo de forma diferenciada dos países hispânicos, uma vez que utilizou traduções de textos originais de Marx, ou seja, estudando a fundo o próprio Serviço Social e o Marxismo, fazendo com que o Brasil reformulasse suas bases teóricas de uma maneira profunda e com altíssimo cunho crítico, se libertando da gênese religiosa e altamente tradicionalista. Sendo assim, o Serviço Social brasileiro tornou-se vanguarda com o passar do tempo, em relação aos países hispânicos, característica que é notável até os dias de hoje.

Esta discussão ganha um novo enfoque com a redemocratização ocorrida no Brasil a partir dos meados dos anos 80 e com a posterior implantação do neoliberalismo que passa a determinar toda as relações sócio-econômicas sob sua égide, já que neste contexto ocorre uma "satanização" do Estado como provedor de políticas sociais, com o seu posterior sucateamento, de certa forma difundido um verdadeiro sentimento de aversão às Instituições públicas por parte da população. Há também uma retomada de um movimento de refilantropização e messianismo através de certas ONGs e determinadas empresas devido ao fenômeno de degradação do Estado social. Além do que, as chamadas políticas compensatórias, ou "políticas pobres para pobres", acaba colocando o Serviço Social no meio de uma nova discussão teórica: em pleno modelo neoliberal implementado, e a forma de cunho histórico brasileiro, que contextualiza o modo de se fazer políticas públicas de uma maneira extremamente precária e assistencialista e visivelmente emergencial e ineficaz ,aliada a uma corrente que resgata ideais filantrópicos, como se encontra o Serviço Social neste contexto? Como é o seu funcionamento em meio ao pleno desmantelamento do Estado social?

Conclui-se então que mesmo com todas estas adversidades que se impõem nesta atual conjuntura, o Serviço Social tenta, sobretudo no Brasil, encontrar seus próprios passos para se solidificar ainda mais como profissão, como também para conseguir fazer avançar o seu processo de reconceituação, iniciado há 40 anos, mesmo em meio a todos os desafios e controvérsias que constituem a atualidade. Sim, o Serviço Social é uma obra inacabada, que a cada reviravolta proveniente do atual contexto histórico é lapidada, aprimorada mesmo quando os recursos de seus artistas estão escassos. Melhor dizendo, mesmo com todas as condições adversas promovidas pelos custos sociais dos ajustes neoliberais, o Serviço Social permanece a desenvolver uma visão crítica e realista sobre a atual conjuntura latino-americana, na qual se deu o berço de sua reconceituação.

Outro ponto importante a ressaltar é que ao mesmo tempo em que podemos nos ver como uma peça de arte inacabada, esta profissão pode ser vista como um "adolescente". Ora, o Serviço Social foi reconhecido como profissão em meados dos anos 40 do século passado, enquanto outras profissões existem a mais de 5 décadas. E como todo adolescente se assemelha a uma obra de arte, então pode-se dizer que somos jovens artistas tentando criar nada mais do que sua obra prima! E assim, através das inúmeras reviravoltas que sofrem o contexto histórico humano, assim como a humanidade o Serviço Social vai construindo sua própria história.

*Bolsista Pesquisadora PROEALC/Graduanda da FSS/UERJ

**Pesquisadora Voluntária PROEALC/Graduanda da FSS/UERJ

Espaço Aberto

Che Guevara vive na luta do povo boliviano

Debora Rocha*
Diego Felipe**

Mais uma vez, a América Latina demonstra-se inquieta. Depois da crise política-institucional que levou centenas de pessoas às ruas e culminou na renúncia do presidente do Equador Lúcio Guitiérrez, a região andina enfrenta hoje mais um momento político importante. A Bolívia, que é considerada o país mais pobre da América do Sul, tornou-se agora o novo foco das atenções políticas da América, graças as grandes movimentações sociais e os acontecimentos ocorridos no país que revelam e confirmam a instabilidade e agitação política de conseqüências imprevisíveis para a região.

A Bolívia, assim como seus vizinhos andinos, são marcados por contrastes: a maioria da população, que é predominantemente de origem indígena, vive em péssimas condições sociais e uma minoria branca detém a maior parte das riquezas locais. Historicamente, a instabilidade social não é novidade: o país viveu sob dois governos militares, além de possuir um passado de renuncias e conturbações políticas. A fragilidade democrática, institucional e política boliviana são resultado de uma de exploração secular que resultou em problemas sociais extremos e incontornáveis, e que agora mais uma vez vem à tona.

A Bolívia também foi o primeiro país a enfrentar a política neoliberal, com a aplicação da política de estabilidade monetária e combate a inflação, política esta que futuramente serviu de modelo para todo um uso sistemático no leste europeu e na América Latina. Este país foi um dos primeiros que também veio a sofrer as conseqüências de tal política, com o desmantelamento da sua economia mineira e sua substituição por uma atividade exploração de gás dependente, por exemplo.

O país onde morreu Che Guevara vive novamente um momento de intensa agitação. Uma imensa mobilização popular ganhou as ruas recentemente e mostrou sua insatisfação com a atual situação social no país, tendo como causa de luta principal a nacionalização das riquezas minerais que hoje é o símbolo da má distribuição de riqueza e da dependência econômica do país. Mesmo depois do desfecho atual da crise, que resultou na renúncia de Carlos Mesa, o movimento popular continua a ganhar força, ratificando a tendência de descrença nos partidos políticos convencionais e aumentando a crise do sistema democrático institucional na região. Diante esta conjuntura explosiva, se destaca a figura de Evo Morales.

Evo é um descendente indígena e militante cocalero que conseguiu angariar grande apoio e prestigio popular, unificando os diversos setores do movimento popular boliviano que atuam hoje de forma descentralizada. O líder cocalero apresenta-se como uma alternativa nacionalista de esquerda para a resolução da crise institucional e política boliviana; sua imagem é associada por muitos à figura polêmica de Hugo Chavez,

presidente da Venezuela, que é uma figura popular, do campo de esquerda e que se apresenta virtualmente como alternativa ao sistema neoliberal hegemônico.

As eleições são esperadas para breve, enquanto o movimento popular pressiona por uma mudança maior no âmbito de toda a estrutura de poder do país. A Bolívia diz não ao neoliberalismo, e reforça no continente o coro por uma nova alternativa política e social. Na luta do povo boliviano ressurge hoje o espírito bravo e guerreiro do velho Che assim como a insubordinação e a esperança por uma nova América Latina livre e igualitária.

*Bolsista Pesquisadora PROEALC/Graduanda de Filosofia/IFCH/UERJ
**Bolsista Pesquisador PROEALC/Graduando de Filosofia/IFCH/UERJ

EUA no Paraguai

Mauro Santayana*

Com os olhos em Roberto Jefferson, não estamos atentos ao que se passa ali, no Paraguai. O governo de Assunção acaba de autorizar o estacionamento de tropas norte-americanas em seu território. Pela primeira vez teremos bases estrangeiras permanentes na América do Sul, e em região estratégica continental. Nessa tríplice fronteira se encontra a maior represa do mundo, a de Itaipu, de cuja energia todo o território paraguaio e grande parte do território brasileiro dependem. A região é também das mais férteis do mundo e se encontra mais ou menos na eqüidistância dos dois oceanos.

Temos relações historicamente difíceis com o Paraguai, desde a guerra contra López. Os revisionistas procuram culpar o Brasil pelo conflito, mas a isso fomos levados pelo fechamento do Rio Paraguai aos nossos barcos e, em seguida, pela invasão de grande parte do território do Mato Grosso. Não coube ao Brasil a iniciativa da agressão. É certo que o genro do Imperador Pedro II foi particularmente cruel com a população derrotada e, talvez isso, tenhamos cedido em tudo nas nossas relações com o país vizinho. Não sabemos se o Paraguai nos comunicou essa decisão perigosa. É provável que não. A submissão paraguaia aos Estados Unidos é tão forte que este colunista, há quarenta anos, ao descer em Assunção, encontrou o aeroporto tomado por tropas formadas, ao lado de colegiais que agitavam bandeirolas norte-americanas. Procurou saber o que ocorria: o funcionário do Departamento de Estado que cuidava dos assuntos do Paraguai estava chegando em visita oficial a Assunção.

Conforme divulgou a revista Newsweek, logo depois de 11 de setembro, o sub-secretário da Defesa, Douglas Feith, sugeriu a Bush a invasão da tríplice Fronteira por tropas aerotransportadas, a fim de capturar membros da Al Qaeda e ocupar permanentemente a região. Alguém achou melhor a invasão do Iraque, mais viável politicamente. Tudo isso nos leva a pensar um pouco no que nos está ocorrendo. É bem provável que Washington tente retirar vantagens da crise interna. Um país dividido, conforme a velha advertência de Lincoln, é presa fácil para os seus adversários.

Como os Estados Unidos não podem viver sem guerras, e estando suas tropas escorraçadas do Iraque, não seria de admirar se viessem a nos agredir sob o pretexto da presença de muçulmanos em Foz do Iguaçu. Tudo isso deve convocar a nossa reflexão, a fim de esclarecer logo as denúncias que atingem o governo e o Partido dos Trabalhadores, a fim de que possamos nos organizar para a eventual defesa da soberania territorial do Brasil. Temos, ali, o exemplo histórico de provocações e de ocupação de nosso espaço soberano.

Os Estados Unidos, hoje, mais do que nunca, estão desrespeitando todas as regras de convívio internacional, a ponto de o mais submisso governante europeu, Sílvio Berlusconi, ver-se obrigado, na última sexta-feira, a pedir explicações oficiais ao embaixador norte-americano pelo fato de a CIA ter seqüestrado um clérigo muçulmano em Milão e o haver transferido clandestinamente para fora do país. A Justiça italiana determinou a prisão dos 13 agentes da CIA envolvidos no episódio.

Se assim agem contra um país da União Européia com o qual têm as relações mais fraternas ao longo da História, que podemos deles esperar quando nos encontramos fragilizados pela crise, e pela entrega de setores estratégicos aos estrangeiros, durante o governo neoliberal de Fernando Henrique, quando disputamos com o Paraguai a vassalagem a Washington?

*Jornalista colaborador do Jornal da Tarde e do Correio Braziliense.

Agenda Acadêmica

PRÉ-CONGRESSO FIEALC/SOLAR/UERJ

O Pré-Congresso será realizado no Campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ entre os dias 22 a 26 de agosto de 2005 e no campus da UFES, em Vitória, no Estado do Espírito Santo, entre os dias 25, 26 e 27 de agosto de 2005.

O Pré-Congresso constará das seguintes atividades: simpósios, reuniões temáticas, atividades plenárias, conferências magistrais, mesas redondas.

XXV Congresso da Asociación Latinoamericana de Sociología – ALAS

Será realizado entre os dias 22 a 26 de agosto de 2005 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Porto Alegre/Rio Grande do Sul.

Expediente
Reitor
Profº Nival Nunes de Almeida
Vice-reitor
Profº Ronaldo Martins Lauria
Sub-reitor de Graduação
Profª Raquel Marques Villardi
Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Albanita Viana de Oliveira
Sub-reitor de Extensão e Cultura
Profª Maria Georgina Muniz Washington
Diretora do Centro de Ciências Sociais
Profª Rosângela Martins Alcântara Zagaglia
Coordenadora do PROEALC
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Assistente Editorial
Bruno Jorge de Oliveira Pedreira (PROEALC/CCS/UERJ)
Coordenação de Produção
Bruno Sayão Rosa (FSS/UERJ), Talita Freire Moreira (PROEALC/FSS/UERJ), Verônica Massari Calvente (PROEALC/FSS/UERJ), Renata Mena Brasil Couto (PROEALC/FSS/UERJ)
Colaboradores
Diego Felipe (PROEALC/IFCH/UERJ)
Débora Rocha (PROEALC/IFCH/UERJ)
Renata Mena Brasil do Couto (PROEALC/IFCH/UERJ)
Mauro Santayana
Grace Bitencourt (PROEALC/FSS/UERJ)
Jete Simone (PROEALC/FSS/UERJ)
Projeto Gráfico
Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)
Diagramação
Bruno Sayão Rosa (FSS/UERJ)
Revisão
Equipe PROEALC